



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC 05720/18 e Doc. 72461/19
Objeto: Pedido de Parcelamento de Multa
Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Interessado: Amanda Araújo Rodrigues

Ementa. Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo. Exercício de 2017. Pedido de parcelamento de multa formulado pela ex-gestora. Tempestividade do pedido. Deferimento do parcelamento. Remessa dos autos à Corregedoria desta Corte para as providências a seu cargo.

DECISÃO SINGULAR DSPL TC 104/2019

Trata-se de pedido de parcelamento de multa formulado pela ex-gestora do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo da Paraíba – EMPREENDER-PB, Sra. AMANDA ARAÚJO RODRIGUES, em face da decisão consubstanciada no ACÓRDÃO APL TC 370/19, de 10 de julho de 2019, pág. 15918/15980, publicado no Diário Oficial Eletrônico, edição nº 2275, de 03 de setembro de 2019.

Inicialmente, deve ser informado que esta eg. Corte assim decidiu no sobredito acórdão:

APLICAR MULTA de R\$5.000,00 (cinco mil reais), valor correspondente a 99,07 UFR-PB (noventa e nove inteiros e sete centésimos de Unidade Fiscal de Referência do Estado da Paraíba), contra a Sra. AMANDA ARAÚJO RODRIGUES, com fundamento no art. 56 da Lei Orgânica desta Corte de Contas, por transgressão a normas constitucionais, legais e resoluções desta Corte, ASSINANDO-LHE PRAZO de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da presente decisão, para efetuar o recolhimento ao Tesouro Estadual, à conta do Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, a que alude o art. 269 da Constituição do Estado.

O peticionário, através do Documento TC n.º 72461/19, protocolizado neste Tribunal em 21 de outubro de 2019, formulou a solicitação de parcelamento da multa em 24 (vinte e quatro) meses, alegando, em suma, não ocupar nenhum cargo ou função pública, de onde possa extrair recursos que viabilizem o pagamento imediato.

É o relatório. Decido.

A solicitação de parcelamento de débitos e multas imputados pelo Sinédrio de Contas Estadual tem sua aplicação própria indicada no art. 26 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar Estadual n.º 18/93), devidamente regulamentada nos arts. 207 a 213 do Regimento Interno do TCE/PB, sendo o meio pelo qual os interessados, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação do aresto, dirigem requerimento ao relator do processo, pleiteando o fracionamento do pagamento.

No caso em deslinde, o dispositivo da decisão foi publicado no Diário Oficial Eletrônico – DOE, em 030 de setembro de 2019, e o pedido de parcelamento foi solicitado

em 21 de outubro de 2019, juntado ao processo em 22 de outubro de 2019, ou seja, dentro da data limite fixada no art. 210 do Regimento Interno do TCE/PB.

Por fim, é importante esclarecer que compete ao relator do processo decidir sobre os requerimentos de parcelamentos de débitos e/ou multas apresentados ao Tribunal, consoante determina o art. 211 do Regimento Interno do TCE/PB – RITCE/PB, *ipsis litteris*:

Art. 211. O Relator do Processo, à vista do requerimento e das provas apresentadas, poderá determinar as diligências que julgar necessárias, inclusive nova audiência do requerente, e, instruído o Processo, decidirá monocraticamente o pedido, comunicando a decisão ao Tribunal Pleno na sessão imediatamente seguinte. (grifamos)

Ante o exposto, decido:

1) pelo conhecimento do pedido de parcelamento da multa aplicada através do Acórdão APL TC 370/2019, e, sendo assim, excepcionalmente, defiro o parcelamento da multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em **12 (doze) parcelas iguais** e sucessivas de **R\$ 416,66** cada, ficando ciente o responsável de que, o não recolhimento de uma das parcelas implica, automaticamente, no vencimento antecipado das demais, bem como que o parcelamento deferido começará a ser recolhido no final do mês imediato àquele em que for publicada esta decisão do Tribunal;

2) Devolvam-se os autos à Corregedoria deste Tribunal para as medidas a seu cargo.

Publique-se, registre-se e intime-se.
TCE – Gabinete do Relator

João Pessoa, 21 de novembro de 2019.

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Relator

Assinado 21 de Novembro de 2019 às 12:08



Cons. Fernando Rodrigues Catão

RELATOR